MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Portaria n.º 1098/2005**

de 24 de Outubro

Ao abrigo do n.º 7 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 153/2005, de 2 de Setembro:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que seja aprovado o regulamento do próximo concurso de acesso à categoria de conselheiro de embaixada.

O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*, em 30 de Setembro de 2005.

REGULAMENTO DO CONCURSO DE ACESSO À CATEGORIA DE CONSELHEIRO DE EMBAIXADA**Artigo 1.º****Abertura de concurso e sua publicação**

1 — O concurso a que se refere o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro (Estatuto da Carreira Diplomática), com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 153/2005, de 2 de Setembro, será aberto por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

2 — A abertura do concurso será tornada pública mediante aviso inserto no *Diário da República*, 2.ª série, o qual será afixado em lugar próprio do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3 — O Departamento Geral de Administração divulgará o aviso de abertura do concurso, desde a data da sua publicação no *Diário da República*, por via telegráfica ou por telecópia a todos os postos.

Artigo 2.º**Constituição e funcionamento do júri**

1 — O júri a que se refere o n.º 7 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 153/2005, de 2 de Setembro, será presidido pelo secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, embaixador Rui Quartin Santos, e integrará os embaixadores José Manuel Duarte de Jesus e Marcello de Zaffiri Duarte Mathias, como vogais efectivos, e os embaixadores Manuel Nuno Tavares de Sousa e Álvaro Gil Gonçalves Pereira, como vogais suplentes.

2 — A composição do júri pode, por motivos ponderosos e devidamente fundamentados, ser alterada por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, até à data do início da aplicação dos métodos de selecção.

3 — O júri só pode funcionar quando estiverem presentes pelo menos três dos seus membros, devendo as deliberações ser tomadas por maioria.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 3.º**Conteúdo do aviso de abertura**

Do aviso de abertura de concurso devem constar obrigatoriamente:

- a) Constituição e composição do júri;
- b) Número de lugares vagos a prover;
- c) Prazo de validade do concurso;
- d) Forma e prazo para apresentação das candidaturas;
- e) Especificação do método de selecção;
- f) Local de afixação das listas de admissão e de classificação final dos candidatos, bem como a forma do respectivo envio para os que se encontrem a prestar serviço no estrangeiro;
- g) Entidade a quem deverão ser dirigidas as candidaturas e serviços em que estas devem ser apresentadas.

Artigo 4.º**Prazo para apresentação de candidatura**

1 — O prazo para apresentação de candidatura é fixado em 15 dias úteis, contando-se o mesmo a partir da data de publicação do aviso de abertura do concurso no *Diário da República* ou, para os funcionários colocados nos serviços externos, da data de recepção por via telegráfica ou por telecópia da informação do Departamento Geral de Administração.

2 — O prazo fixado no número anterior poderá, por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, ser prorrogado, por período nunca superior ao inicialmente fixado, desde que se verifiquem casos de força maior que impeçam o cumprimento do mesmo, dando-se do facto conhecimento aos candidatos através dos meios utilizados para a publicação do concurso.

Artigo 5.º**Opositores ao concurso**

Poderão ser opositores ao concurso os secretários de embaixada que, à data da publicação do aviso de abertura, preencham os requisitos exigidos no n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 153/2005, de 2 de Setembro.

Artigo 6.º**Apresentação de candidatura**

1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, dentro do prazo fixado no n.º 1 do artigo 4.º do presente regulamento, para o Serviço de Expediente do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Os concorrentes em exercício de funções nos serviços externos deverão formalizar a sua candidatura através de comunicação telegráfica ou telecópia endereçada ao Departamento de Cifra do Ministério.

3 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência e código postal);
- b) Indicação da categoria que o candidato detém e serviço ou posto em que está colocado.

Artigo 7.º

Métodos de selecção a utilizar

1 — O concurso assenta, nos termos do n.º 4 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 153/2005, de 2 de Setembro, na avaliação do currículo de cada candidato.

2 — Até à fixação definitiva da lista dos candidatos, poderão estes enviar ao júri, em envelope dirigido ao secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o seu currículo comentado, acompanhado por todos os elementos relacionados com a sua actividade profissional que entenderem poder contribuir para a respectiva avaliação.

3 — Caso venham a surgir dúvidas, nomeadamente sobre a avaliação feita pelo candidato, ou se verifique a necessidade de se dispor de esclarecimentos complementares, o júri poderá, até ao final das operações de selecção, solicitar a qualquer serviço ou funcionário diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros que o habilitem, por escrito, em prazo que não poderá exceder três dias, com quaisquer informações que julgue pertinentes para o cabal desempenho da sua missão.

4 — A recusa da prestação das informações solicitadas pelo júri deverá ser justificada, por escrito, pelo dirigente do serviço ou pela individualidade requerida, conforme o caso.

Artigo 8.º

Elaboração e publicitação da lista de candidatos

1 — Findo o prazo de apresentação das candidaturas, o júri elaborará, no prazo máximo de cinco dias, a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso, ordenados pela antiguidade na categoria, com indicação sucinta dos motivos de exclusão, e promoverá, de imediato, a sua publicação no *Diário da República* e subsequente divulgação pelos meios previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 1.º do presente regulamento.

2 — Os candidatos excluídos podem recorrer da exclusão para o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros no prazo de cinco dias úteis contados da publicação no *Diário da República* da lista prevista no número anterior, devendo as decisões sobre os recursos ser tomadas em igual prazo.

3 — Para os candidatos em exercício de funções nos serviços externos, o prazo começará a contar na data da recepção da comunicação mencionada no n.º 3 do artigo 1.º do presente regulamento.

4 — Sempre que seja dado provimento aos recursos, o júri efectuará, no prazo de três dias úteis contados da data da última decisão, as correcções que devam ser feitas na lista de admissão dos candidatos, elaborará novas listas e promoverá a respectiva publicitação, nos termos e pelas formas previstos no artigo 1.º, n.ºs 2 e 3, do presente regulamento.

5 — Fixada a lista definitiva, o júri iniciará, de imediato, a análise dos currículos, a que procederá, na totalidade, dentro de um prazo correspondente a um dia útil por cada quatro candidatos admitidos.

Artigo 9.º

Aplicação dos métodos de selecção

1 — A prova de avaliação curricular será valorizada na escala de 0 a 10 pontos.

2 — Antes de iniciar a avaliação, o júri estabelecerá uma grelha de factores de ponderação, susceptíveis de expressão numérica, tanto positiva como negativa, entre os quais, em relação a cada candidato:

- a) O exercício de funções de direcção nos serviços internos e externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a forma como foram desempenhadas;
- b) A diversidade de natureza e categoria de postos em que os candidatos tenham estado colocados nos serviços externos;
- c) Os trabalhos escritos, sobre temas relacionados com a actividade diplomática e consular, elaborados no âmbito da sua actividade profissional, por ele submetidos à apreciação do júri, e a respectiva valorização global;
- d) As funções exercidas em outros departamentos do Estado e em organismos internacionais relevantes para a política externa portuguesa.

3 — Os candidatos apenas serão aprovados se a classificação da prova de avaliação curricular for igual ou superior a 5 pontos.

4 — A avaliação será feita por votação motivada, aberta e fundamentada.

5 — O secretário-geral designará um secretário de embaixada, que não seja candidato, para lavrar as actas e acompanhar os trabalhos do júri.

6 — As actas serão subscritas pelo presidente e pelos vogais.

7 — No termo dos procedimentos a que se referem os números anteriores, o júri procederá à ordenação final dos candidatos em função das classificações atribuídas.

8 — Em caso de igualdade de classificações, prevalecerá o critério da maior antiguidade na categoria de secretário de embaixada.

Artigo 10.º

Homologação e publicitação da lista de classificação final. Recursos

1 — Concluídas as operações de selecção, a lista de classificação final dos candidatos, devidamente ordenada, será aprovada pelo júri no prazo máximo de cinco dias úteis e a acta da reunião em que essa aprovação tenha lugar será assinada pelos seus membros no prazo máximo de dois dias úteis.

2 — A lista de classificação final fica sujeita a homologação do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

3 — O júri promoverá, de imediato, a publicação da lista de classificação final dos candidatos no *Diário da República* e dará, pelos meios previstos no artigo 1.º, n.ºs 2 e 3, do presente regulamento, conhecimento da mesma a todos os candidatos.

4 — Da homologação cabe reclamação, a interpor, no prazo de cinco dias úteis, para o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o qual deverá decidir em igual prazo.

Artigo 11.º

Provitimento

1 — Os candidatos aprovados serão providos nas vagas existentes segundo a ordenação final.

2 — Os despachos de nomeação não poderão ocorrer antes de decorrido o prazo estabelecido para a apresentação da reclamação prevista no n.º 3 do artigo anterior.